



1.  
S.A.  
P.L.

LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

**RELATÓRIO E CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2011**  
**CONTAS CONSOLIDADAS**

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2010: (22.886.158)

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587

---

## ÍNDICE

---

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	5
CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2011

(Conforme previsto no nº 3 do Artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários as informações financeiras semestrais constantes do presente Relatório não foram sujeitas a auditoria externa ou revisão limitada)

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei aplicável às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 30 de Junho de 2011 e o respectivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

**INTRODUÇÃO**

Durante o primeiro semestre de 2011 não ocorreram factos relevantes em relação à empresa mãe, Lisgráfica, S.A. – Impressão e Artes Gráficas, S.A. nem em relação a nenhuma das suas participadas. De salientar que das 3 empresas que compõem o Grupo apenas a Lisgráfica tem actividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e é assim responsável por, na prática, 100% da actividade do Grupo.

De recordar que a actividade da Lisgráfica, S.A. após 02 de Maio de 2008, é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de Junho de 2011:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica Imp. E Artes Gráficas, SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica, SGPS SA	Gestão de Participações Socias	2-Fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Graflis, Rep. e Artes Gráficas,SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

A economia portuguesa continua a registar sinais de retracção no segundo trimestre de 2011, mantendo-se a tendência evidenciada nos trimestres anteriores, com o PIB a contrair 0,7% em termos homólogos e 0,9% face ao final do ano de 2010. Confirma-se o cenário de recessão da economia portuguesa com três trimestres consecutivos de contracção do PIB. Para este desempenho contribuiu sobretudo a redução da procura interna e do investimento público cujos efeitos foram ligeiramente atenuados pelo contributo positivo das exportações de bens e serviços. O desemprego continua em máximos históricos, com o indicador a ultrapassar os 12% o que se veio a reflectir negativamente no poder de compra e na confiança dos consumidores; face ao final do trimestre anterior este indicador apresenta um ligeiro decréscimo de 0,3%, variação que tem a ver acima de tudo com efeitos de sazonalidade.

O comportamento da economia portuguesa contrasta com o da Zona Euro e o da União Europeia, ambas a registarem crescimentos, ainda que modestos, de 0,2%, face ao trimestre anterior; contudo, é evidente uma desaceleração da economia europeia a cada mês que passa.

A generalidade das empresas não registou melhorias significativas na actividade, nem sinais sustentáveis de retoma e manteve-se o reajustamento das suas estruturas para fazer face à persistente crise económica e aos indícios de agravamento que se verificam em especial desde o final do ano transacto.

As empresas da indústria gráfica continuam a demonstrar os efeitos da recessão económica, com a redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas a serem uma constante ao longo do ano, bem como à diminuição de trabalhos de grandes marcas comerciais. Para tal foi determinante a retracção verificada no investimento publicitário global que regista um decréscimo de 7,5% face ao ano anterior. Esta tendência de retracção no investimento publicitário iniciou-se já em 2008.

#### **ACTIVIDADE DO GRUPO**

A actividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em exercícios anteriores, e foi marcada pelos efeitos da redução do investimento publicitário e, comparativamente com o semestre homólogo, apresenta uma variação negativa nas vendas de 10 % tendo-se situado nos 15,2 milhões de Euros.

A análise por segmento confirma uma tendência em linha com o sector quer a nível de revistas, quer de jornais e suplementos. No segmento dos Catálogos e Folhetos e no das Listas Telefónicas a variação é superior à média do mercado devido ao efeito conjugado de redução de tiragem e do número de páginas, consequência da alteração das políticas de marketing dos principais intervenientes nestes dois segmentos.

Com o decréscimo de actividade a empresa desactivou um dos equipamentos de impressão, que em 31 de Dezembro de 2010 se encontrava totalmente amortizado, tendo terminado o semestre com 6 máquinas de impressão em rotativa, 3 máquinas de impressão em plana e 14 máquinas de acabamento.

1.  
MA  
ML

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o semestre homólogo, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11 Em €	Var. 10/11 Em %
Revistas	8.425	8.786	-361	-4,1%
Jornais/suplementos	3.074	3.138	-64	-2,0%
Catálogos e Folhetos	2.444	3.409	-965	-28,3%
Listas	481	999	-518	-51,9%
Outros	751	602	149	24,8%
<b>TOTAL</b>	<b>15.175</b>	<b>16.934</b>	<b>-1.759</b>	<b>-10,4%</b>

(Valores em milhares de Euros)

Durante o exercício de 2011 não se verificaram factos merecedores de relevo nas empresas participadas:

#### GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Esta empresa faz parte de Grupo desde meados do exercício de 1999 e ao longo destes anos a sua actividade limitou-se à gestão de participações sociais. No final do período tem como única participação financeira os 100% do Capital da Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A.

Os resultados do período, negativos em cerca de 8 mil Euros, reflectem a apropriação, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados negativos obtidos pela sua única participada.

#### GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

A Empresa, constituída em 1984, tinha por objecto a actividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica, S.A. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão, levou ao decréscimo gradual da actividade da Grafilis, S.A. que em 2005 cessou a actividade operacional em definitivo.

Apesar da sua inactividade a empresa continua a registar amortizações de benfeitorias em imóvel de propriedade alheia, onde funciona a Sede, o que explica o resultado líquido do semestre de aproximadamente 8 mil Euros, negativos.

#### **ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

Em seguida apresentamos um resumo da Actividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise:

SW  
ML

**ACTIVIDADE OPERACIONAL 1º SEMESTRE - 2011/2010**

DESCRIÇÃO	2011		2010		Var. 10/11	Var. 10/11
					em €	em %
Vendas	15.175	96%	16.934	96%	-1.759	-10,4%
Outros Proveitos Operacionais	647	4%	775	4%	-128	-16,5%
<b>TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS</b>	<b>15.822</b>		<b>17.709</b>		<b>-1.887</b>	<b>-10,7%</b>
Custo Merc. Vendidas e Consum.	5.789	37%	6.292	36%	-503	-8,0%
Fornecimentos e S. Externos	3.728	24%	5.047	28%	-1.319	-26,1%
Custos Com Pessoal	4.908	31%	4.919	28%	-11	-0,2%
Amortizações e Ajustamentos	3.025	19%	3.608	20%	-583	-16,2%
Perdas de Imparidade	-33	0%	44	0%	-77	-175,0%
Outros Custos Operacionais	216	1%	167	1%	49	29,3%
<b>TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>17.633</b>		<b>20.077</b>		<b>-2.444</b>	<b>-12,2%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL - €</b>	<b>-1.811</b>		<b>-2.368</b>		<b>557</b>	<b>23,5%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL - %</b>	<b>-11,4%</b>		<b>-13,4%</b>		<b>1,9%</b>	<b>14,4%</b>
<b>EBITDA - €</b>	<b>1.181</b>		<b>1.284</b>		<b>-103</b>	<b>-8,0%</b>
<b>EBITDA - %</b>	<b>7,5%</b>		<b>7,3%</b>		<b>0,2%</b>	

(Valores em Milhares de Euros)

EBITDA = Result. Operac.+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade

Os Proveitos Operacionais ultrapassam 15,8 milhões de Euros, dos quais 96% provêm directamente das vendas e 4% de serviços prestados.

Analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais é de referir:

- na rubrica CMVC a diminuição do seu valor decorre da retracção na actividade e da redução do valor de facturação com incorporação de papel pela empresa; entretanto, o aumento de preço na rubrica Papel origina o aumento de peso percentual na estrutura desta natureza de custos. Os restantes custos que integram esta rúbrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação resulta do efeito conjugado de vários factores, entre eles a redução no custo de aluguer das instalações e dos custos com energia (electricidade e gás) em consequência da renegociação dos contratos de fornecimento e alterações aos processos de incineração de gases. Comparativamente a 2010 é de salientar a diminuição de custos com Subcontratos de Impressão e Acabamento, em função das características de alguns trabalhos produzidos em 2011, que exigiram menor recurso à subcontratação.

- quanto aos Custos com Pessoal a variação registada reflecte a redução do número de trabalhadores no âmbito da estratégia de racionalização de processos internos iniciada em finais de 2008, a redução do custo com recurso a trabalho extraordinário (em cerca de 60%) e os custos com rescisões de contratos registados no semestre. No final do ano anterior a empresa tinha 338 trabalhadores e no final deste semestre o número tinha baixado para 318;

- as Amortizações decompõem-se em 2.405 mil Euros de amortização de bens do activo da empresa e 620 mil euros de amortizações do exercício relativas ao justo valor dos contratos com clientes decorrentes da afectação *goodwill* apurado e registado em 2008;

O Resultado Operacional Consolidado apurado no primeiro semestre de 2011, embora negativo, melhorou em cerca de 23,5 % face ao apurado no período homólogo.

O Cash Flow Operacional Consolidado é positivo em cerca 1.181 milhares de Euros, embora ligeiramente inferior ao registado no período homólogo.

**COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º SEMESTRE 2011/2010**

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11 em €	Var. 10/11 em %
Resultados Operacionais	-1.811	-2.368	557	23,5%
Resultados Financeiros	-1.099	-1.079	-20	-1,9%
Imposto S/ Rendimento	-42	-32	-10	-31,3%
Resultados Liquidos	-2.952	-3.479	527	15,1%
<i>(Valores em milhares de euros)</i>				

Os resultados financeiros mantêm-se a nível do ano anterior por estabilização do endividamento e do respectivo custo médio.

**POSICÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 1º SEMESTRE 2011/10**

DESCRIÇÃO	2011	2010 31-Dez	Var. 10/11 em €	Var. 10/11 em %
Activos não Correntes	43.991	47.239	-3.248	-7%
Activos Correntes	13.598	14.425	-827	-6%
Activos para Venda	36	36	0	0%
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>57.625</b>	<b>61.700</b>	<b>-4.075</b>	<b>-7%</b>

Capital Próprio	-22.333	-19.381	-2.952	-15%
Passivo não Corrente	40.639	41.918	-1.279	-3%
Passivo Corrente	39.319	39.163	156	0%
<b>TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA</b>	<b>57.625</b>	<b>61.700</b>	<b>-4.075</b>	<b>-7%</b>

*(Valores em milhares de Euros)*

As principais variações ocorridas no Activo Líquido verificam-se nos Activos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido e ao facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção).

O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 22.333 mil Euros negativos para o que contribuiu o Resultado Líquido negativo apurado no semestre.

O Passivo Não Corrente regista uma estabilização desde o final de 2010, data da formalização de diversos contratos de financiamento com o principal banco financiador, no decurso do programa de reestruturação de passivo financeiro implementado pelo Conselho de Administração;

Apesar das condições adversas o Grupo Lisgráfica cumpriu na íntegra a liquidação dos impostos correntes devidos no exercício, assim como o plano de reembolso de dívidas (objecto de acordos de pagamento) ao IAPMEI e Segurança Social previsto para o primeiro semestre e que rondou os 234 milhares de Euros.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais das empresas integradas no perímetro de consolidação apresentamos um resumo dos principais indicadores:

#### **GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS**

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11
Activo Total Liq.	11.700	11.704	-4
Passivo Total	1.428	1.430	-2
Capital Próprio	10.272	10.274	-2
Capital Social	52	52	0
Resultado Líquido	-8	-55	47
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

#### **GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA**

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11
Activo Total Liq.	63	94	-31
Passivo Total	1.489	1.524	-35
Capital Próprio	-1.426	-1.430	4
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	-8	-55	47
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

-  
188  
ML.**DISPOSIÇÕES LEGAIS****Anexo ao Relatório de Gestão nos termos dos Artigos números 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais**

Nos termos do nº 5 do art.º 447 de Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o exercício findo em 30 de Junho de 2011 quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

Nos termos e para os efeitos do nº 4 do art.º 448 do Código das Sociedades Comerciais eram titulares da empresa, à data de encerramento do exercício:

- Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA	95.196.620
- Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	73.558.462

**Informação nos termos da alínea B) do N.º1 do Artigo 20º do Código do dos Valores Mobiliários (Imputação dos direitos de voto):**

Em 30 de Junho de 2011 a Rasográfica SA detinha 95 196 620 acções da Lisgráfica que representam 50,99% dos direitos de voto e a Gestprint SA detinha 73.558.260 acções que representam 39,40% dos direitos de voto.

**Informação Complementar às Demonstrações Financeiras Anexas Reportadas a 30 de Junho de 2011 (valores em Euros):**

## Acções Próprias

- Quantidade	52.213 acções
- Valor Unitário	€ 0,05
- Valor Nominal	€ 2.610,65

Durante o exercício de 2010 não foram efectuadas operações sobre acções próprias.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 30 de Junho de 2011.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

Queluz de Baixo, 30 de Agosto de 2011

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVO ANEXO ÀS CONTAS**

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

(Não Auditado)

ACTIVO	Notas	30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010	30 de Junho de 2010
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Activos intangíveis	13	5 407 193	6 218 273	6 977 228
Activos fixos tangíveis	14	20 381 727	22 492 868	25 638 450
Activos por impostos diferidos	12	760 134	1 050 265	1 332 050
Clientes e contas a receber	17	3 603 874	3 603 874	-
Outros activos não correntes	15	13 838 389	13 873 537	13 727 229
Activos disponíveis para venda	20	35 692	35 692	35 692
Total de activos não correntes		<u>44 027 009</u>	<u>47 274 509</u>	<u>47 710 649</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>				
Existências	16	901 224	820 275	851 233
Clientes e contas a receber	17	10 292 717	10 549 971	14 474 087
Outros activos correntes	18	1 898 637	2 541 197	2 880 502
Estado e outros entes públicos	28	255 614	295 544	341 500
Caixa e seus equivalentes	19	250 290	218 978	420 507
Total de activos correntes		<u>13 598 482</u>	<u>14 425 965</u>	<u>18 967 829</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u><u>57 625 491</u></u>	<u><u>61 700 474</u></u>	<u><u>66 678 478</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Capital	21	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	21	15 803 648	15 803 648	15 803 648
Resultados transitados		(44 519 413)	(35 721 256)	(35 721 256)
Resultado consolidado líquido do exercício	31	(2 952 143)	(8 798 157)	(3 479 324)
Total do capital próprio		<u>(22 333 077)</u>	<u>(19 380 934)</u>	<u>(14 062 101)</u>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Empréstimos obtidos	22	30 923 908	29 875 946	3 047 428
Loações financeiras	23	1 228 510	2 607 094	862 227
Provisões	24	5 659	23 268	113 280
Outros passivos não correntes	25	2 231 770	2 392 318	2 443 926
Fornecedores e contas a pagar	26	3 221 001	3 497 547	1 031 934
Estado e outros entes públicos	28	2 268 912	2 472 098	2 675 284
Passivos por impostos diferidos	12	760 134	1 050 265	1 332 050
Total de passivos não correntes		<u>40 639 894</u>	<u>41 918 536</u>	<u>11 506 129</u>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>				
Empréstimos obtidos	22	14 560 559	17 607 462	40 847 289
Loações financeiras	23	4 698 186	2 344 525	6 166 138
Fornecedores e contas a pagar	26	17 585 352	17 282 967	19 702 278
Outros passivos correntes	27	944 618	709 148	1 388 565
Estado e outros entes públicos	28	1 529 959	1 218 770	1 130 180
Total de passivos correntes		<u>39 318 674</u>	<u>39 162 872</u>	<u>69 234 450</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u><u>57 625 491</u></u>	<u><u>61 700 474</u></u>	<u><u>66 678 478</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	(Não Auditado)		30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010	Segundo trimestre 2011	Segundo trimestre 2010
	Notas					
<b>PROVEITOS OPERACIONAIS:</b>						
Vendas	6		15 175 172	16 934 420	8 363 881	9 108 357
Outros proveitos operacionais	7		646 947	774 677	317 645	388 159
Total de proveitos operacionais			<u>15 822 119</u>	<u>17 709 097</u>	<u>8 681 526</u>	<u>9 496 516</u>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS:</b>						
Custo das mercadorias vendidas	8		(5 789 319)	(6 292 116)	(3 146 703)	(3 065 844)
Fornecimentos e serviços externos	9		(3 727 631)	(5 046 817)	(1 852 289)	(2 606 002)
Custos com o pessoal	10		(4 908 171)	(4 918 776)	(2 491 498)	(2 671 320)
Amortizações	13 e 14		(3 025 147)	(3 607 756)	(1 526 392)	(1 790 197)
Perdas por imparidade	24		32 618	(44 723)	32 618	(44 723)
Outros custos operacionais			(216 075)	(167 129)	(113 273)	(159 949)
Total de custos operacionais			<u>(17 633 725)</u>	<u>(20 077 317)</u>	<u>(9 097 537)</u>	<u>(10 338 035)</u>
Resultados operacionais			<u>(1 811 606)</u>	<u>(2 368 220)</u>	<u>(416 011)</u>	<u>(841 519)</u>
<b>RESULTADOS FINANCEIROS:</b>						
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11		(1 098 772)	(1 079 150)	(443 214)	(424 768)
Resultados antes de impostos			<u>(2 910 378)</u>	<u>(3 447 370)</u>	<u>(859 225)</u>	<u>(1 266 287)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	12		(41 765)	(31 954)	(41 765)	(17 355)
Resultado consolidado líquido do exercício			<u>(2 952 143)</u>	<u>(3 479 324)</u>	<u>(900 990)</u>	<u>(1 283 642)</u>
Rendimento integral			<u>(2 952 143)</u>	<u>(3 479 324)</u>	<u>(900 990)</u>	<u>(1 283 642)</u>
Atribuível a:						
Accionistas da empresa-mãe			<u>(2 952 143)</u>	<u>(3 479 324)</u>	<u>(900 990)</u>	<u>(1 283 642)</u>
Resultado por acção						
Básico	31		(0.0158)	(0.0186)	(0.0048)	(0.0069)
Diluído	31		(0.0158)	(0.0186)	(0.0048)	(0.0069)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

	(Não Auditado)						
	Capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado consolidado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	9 334 831	2 798 025	349 159	12 656 464	(26 065 735)	(9 655 521)	(10 582 777)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	(9 655 521)	9 655 521	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	-	(8 798 157)	(8 798 157)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(35 721 256)</u>	<u>(8 798 157)</u>	<u>(19 380 934)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	(8 798 157)	8 798 157	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de Junho de 2011	-	-	-	-	-	(2 952 143)	(2 952 143)
Saldo em 30 de Junho de 2011	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(44 519 413)</u>	<u>(2 952 143)</u>	<u>(22 333 077)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

	(Não Auditado)				
	Nota	30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010	Segundo trimestre 2011	Segundo trimestre 2010
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>					
Recebimentos de clientes		16 876 854	18 001 046	8 605 193	8 925 779
Pagamentos a fornecedores		(10 687 802)	(10 526 656)	(5 625 662)	(4 755 050)
Pagamentos ao pessoal		(3 779 683)	(4 595 871)	(1 953 230)	(2 498 109)
Fluxos gerados pelas operações		2 409 369	2 878 519	1 026 301	1 672 620
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(35 000)	(116 000)	1 000	(80 000)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(1 032 368)	(835 856)	(431 379)	(703 964)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>1 342 001</u>	<u>1 926 663</u>	<u>595 922</u>	<u>888 656</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		38 730	69 235	38 730	2 810
Accionistas		-	21 693	-	21 693
Juros e proventos similares		-	-	-	-
		<u>38 730</u>	<u>90 928</u>	<u>38 730</u>	<u>24 503</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		(123 676)	(277 277)	(123 676)	(174 324)
Accionistas		-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(84 946)</u>	<u>(186 349)</u>	<u>(84 946)</u>	<u>(149 821)</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	960 000	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(501 384)	(439 750)	(225 284)	133 483
Amortizações de contratos de locação financeira		(167 120)	(421 377)	97 287	(220 193)
Juros e custos similares		(631 346)	(775 039)	(433 922)	(426 519)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(1 299 850)</u>	<u>(1 636 166)</u>	<u>(561 919)</u>	<u>(513 229)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(42 795)	1 064 148	(50 943)	225 606
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	(96 960)	(17 345 975)	(91 340)	(16 507 433)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	(139 755)	(16 281 827)	(142 283)	(16 281 827)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Montantes expressos em Euros)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas e listas telefónicas.

Em 30 Dezembro de 2010, a Empresa formalizou diversos contratos de financiamento com o Banco Comercial Português, S.A. ("BCP"), no montante total de, aproximadamente, 28.261.000 Euros, no decurso do programa de reestruturação do passivo financeiro, sendo que este montante serviu para refinar operações já existentes (Nota 22).

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 30 de Agosto de 2011 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento às disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

### 2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

- IAS 28 (revisão de 2008) – Investimento em associadas;
- IAS 27 (revisão de 2008) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas
- Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro;
- IFRS 1 – Emendas (Isenções adicionais);
- IFRS 2 – Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo);
- IFRS 3 (revisão de 2008) – Concentrações de actividades empresariais
- IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços;
- IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis;

(Montantes expressos em Euros)

- IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira;
- IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa;
- IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes;
- Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2009);
- Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis.

### 2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os activos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transacções e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

### 2.4 Activos intangíveis

#### a) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, na respectiva data de aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período.

#### (b) Activos intangíveis, excepto goodwill

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Softwares*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado activo para estes activos intangíveis, identificáveis no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

### 2.5 Activos fixos tangíveis

(Montantes expressos em Euros)

Os activos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos.

Os activos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A sua depreciação dos activos fixos tangíveis é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

## 2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

## 2.7 Instrumentos financeiros

(Montantes expressos em Euros)

#### 2.7.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “*cash-flows*” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

#### 2.7.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”.

#### 2.7.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

#### 2.7.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

#### 2.7.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no activo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 22). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

#### 2.7.6 Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se o justo valor não for facilmente determinável.

#### 2.8 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos

(Montantes expressos em Euros)

internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

## 2.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

## 2.10 Rédito e especialização de exercícios

Os réditos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas e outros) são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os descontos de pronto pagamento apenas são concedidos em determinadas circunstâncias que se poderão verificar ou não, não existindo à data do reconhecimento inicial das contas a receber qualquer obrigação construtiva ou legal de conceder aqueles descontos, os quais são registados quando a obrigação da sua concessão ocorre, como custo financeiro.

Os gastos e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os Gastos e réditos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas.

## 2.11 Imparidade de activos

O Grupo efectua avaliações de imparidade dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

(Montantes expressos em Euros)

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral.

#### 2.12 Classificação da demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expectável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os activos que sejam detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

#### 2.13 Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é superior ao seu valor estimado de recuperação.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

#### 2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho das contas que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do fecho das contas são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.15 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectaram as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

(Montantes expressos em Euros)

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transacções em curso, assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis de activos fixos tangíveis;
- Registo de ajustamentos para contas a receber;
- Direitos contratuais de clientes;
- Recuperação dos activos por impostos diferidos;
- Registo de provisões.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

### 4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva em	
		30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010
Lisgráfica, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Barcarena	100	100
Geafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

### 5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

### 6. VENDAS POR PRODUTO

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, as vendas detalham-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010	2º. Trimestre de 2011	2º. Trimestre de 2010
Revistas	8.425.228	8.785.474	4.000.228	4.900.455
Jornais e suplementos	3.073.879	3.138.243	2.034.879	1.328.148
Catálogos e folhetos	2.443.826	3.409.249	1.429.826	1.692.174
Listas	483.757	999.063	340.757	903.625
Outros	748.482	602.391	558.191	383.955
	<u>15.175.172</u>	<u>16.934.420</u>	<u>8.363.881</u>	<u>9.208.357</u>

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, as vendas realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

#### 7. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010	2º. Trimestre de 2011	2º. Trimestre de 2010
Aluguer de instalações	301.165	298.009	150.074	149.004
Imputação de custos	175.497	159.717	86.795	73.652
Reduções de provisões	-	168.762	-	133.097
Varição da produção	83.710	-50.782	1.741	-127.729
Outros proveitos operacionais	<u>86.575</u>	<u>198.971</u>	<u>79.035</u>	<u>160.135</u>
	<u>646.947</u>	<u>774.677</u>	<u>317.645</u>	<u>388.159</u>

#### 8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010	2º. Trimestre de 2011	2º. Trimestre de 2010
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.702.813	6.164.114	3.102.693	3.032.501
Mercadorias vendidas	<u>86.506</u>	<u>128.002</u>	<u>44.010</u>	<u>33.343</u>
	<u>5.789.319</u>	<u>6.292.116</u>	<u>3.146.703</u>	<u>3.065.844</u>

#### 9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, esta rubrica teve a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	<u>30 de Junho de 2011</u>	<u>30 de Junho de 2010</u>	<u>2º. Trimestre de 2011</u>	<u>2º. Trimestre de 2010</u>
Subcontratos	338.696	518.044	211.010	286.897
Trabalhos especializados	199.243	251.447	80.585	132.042
Conservação e reparação	325.585	305.556	142.209	136.068
Energia e fluidos	1.128.065	1.439.418	560.194	765.908
Deslocações, estadas e transportes	168.073	258.519	77.006	148.023
Rendas e alugueres (a)	1.187.409	1.895.359	579.928	945.476
Outros	380.560	378.474	201.357	191.588
	<u>3.727.631</u>	<u>5.046.817</u>	<u>1.852.289</u>	<u>2.606.002</u>

(a) Em 30 de Junho de 2011 e 2010, esta rubrica inclui o montante de 335 664 Euros, decorrente de transacções com entidades relacionadas (Nota 29).

#### 10. GASTOS COM O PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>30 de Junho de 2011</u>	<u>30 de Junho de 2010</u>	<u>2º. Trimestre de 2011</u>	<u>2º. Trimestre de 2010</u>
Salários e outras remunerações	3.055.258	3.115.980	1.469.204	1.507.543
Encargos sobre remunerações	706.216	725.562	339.158	350.116
Outros	1.146.697	1.077.234	683.136	813.661
	<u>4.908.171</u>	<u>4.918.776</u>	<u>2.491.498</u>	<u>2.671.320</u>

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 318 e 350 empregados, respectivamente.

Os outros gastos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 30 de Junho de 2011, respeitam, essencialmente, a indemnizações (690.500 Euros) suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores do Grupo, em resultado do plano de reestruturação que já foi implementado.

#### 11. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os gastos e rendimentos financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010	2º. Trimestre de 2011	2º. Trimestre de 2010
<u>Gastos financeiros:</u>				
Juros suportados (a)	1.325.558	1.190.294	734.621	674.804
Outros gastos financeiros (b)	135.834	240.537	70.965	55.482
	<u>1.461.392</u>	<u>1.430.831</u>	<u>805.586</u>	<u>730.286</u>
<u>Rendimentos financeiros:</u>				
Juros obtidos (c)	338.183	305.247	337.935	304.904
Outros rendimentos financeiros	24.518	889	24.518	614
	<u>362.701</u>	<u>306.136</u>	<u>362.453</u>	<u>305.518</u>
Gastos financeiros, líquidos	<u>1.098.691</u>	<u>1.124.695</u>	<u>443.133</u>	<u>424.768</u>

- (a) Em 30 de Junho de 2011 e 2010, esta rubrica inclui os montantes de 230.398 Euros e 250.252 Euros, respectivamente, a serem debitados pela Gestprint (Nota 29) e relativos aos encargos financeiros com a operação de leasing da Rotativa 10.
- (b) Esta rubrica inclui, essencialmente, custos suportados com garantias bancárias, serviços bancários e comissões.
- (c) Em 30 de Junho de 2011 e 2010, esta rubrica inclui os montantes de 337.737 Euros e 304.686 Euros, respectivamente, obtidos de entidades relacionadas. (Nota 29).

## 12. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2011, os passivos por impostos diferidos no montante de 760.134 Euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes, tendo a Empresa optado por registar activos por impostos diferidos decorrente de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência daquele montante, uma vez que, a sua expectativa relativamente ao excedente daquele valor, não é realizável ou exigível no período de reversão das respectivas diferenças temporárias. Nesse sentido, foram reconhecidos, até 30 de Junho de 2011, activos e passivos por impostos diferidos como segue:

### 30 de Junho de 2011

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	Prejuízos fiscais reportáveis	Mais-valias não tributadas	Direitos contratuais	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.050.265	125.735	924.530	1.050.265
Redução	(290.131)	(125.735)	(164.396)	(290.131)
Saldo em 30 de Junho de 2011	<u>760.134</u>	<u>-</u>	<u>760.134</u>	<u>760.134</u>

### 31 de Dezembro de 2010

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	Prejuízos fiscais reportáveis	Mais-valias não tributadas	Direitos contratuais	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.617.627	161.829	1.455.798	1.617.627
Redução	(567.362)	(36.094)	(531.268)	(567.362)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>1.050.265</u>	<u>125.735</u>	<u>924.530</u>	<u>1.050.265</u>

(Montantes expressos em Euros)

**13. ACTIVOS INTANGÍVEIS**

As variações ocorridas na rubrica dos activos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de Junho de 2011.

**14. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

As variações ocorridas na rubrica de activos tangíveis resultam, essencialmente, do efeito das amortizações do período findo em 30 de Junho de 2011.

**15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES**

Em 30 de Junho de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010
Rasográfica, S.A.	9.363.695	9.385.372
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	2.809.154	2.809.154
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, S.A. (a)	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	85.317	98.788
	<u>13.838.389</u>	<u>13.873.537</u>

- (a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.
- (b) Em 30 de Junho de 2011, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 22).

**16. EXISTÊNCIAS**

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	809.751	(29.452)	780.299	835.328	(52.269)	783.059
Produtos e trabalhos em curso	120.925	-	120.925	37.216	-	37.216
	<u>930.676</u>	<u>(29.452)</u>	<u>901.224</u>	<u>872.544</u>	<u>(52.269)</u>	<u>820.275</u>

**17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER**

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Valor nominal	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de imparidade	Valor líquido
Não correntes:						
Clientes	<u>5.402.949</u>	<u>(1.799.075)</u>	<u>3.603.874</u>	<u>5.402.949</u>	<u>(1.799.075)</u>	<u>3.603.874</u>
Correntes:						
Clientes	<u>18.813.613</u>	<u>(8.516.896)</u>	<u>10.296.717</u>	<u>19.515.689</u>	<u>(8.965.718)</u>	<u>10.549.971</u>

Em 30 de Junho de 2011, as perdas de imparidade acumuladas de clientes e contas a receber correspondem a 10.315.971 Euros.

No semestre findo em 30 de Junho de 2011 não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade em dívidas a receber.

#### 18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010
Devedores diversos	834.208	638.556
Rasográfica	-	1.145.288
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	40.867	92.008
Retenções na fonte	49.872	49.872
Diferimentos:		
Juros a debitar (Nota 29)	888.305	550.568
Outros diferimentos	37.211	29.472
Adiantamentos a fornecedores	48.174	35.433
	<u>1.898.637</u>	<u>2.541.197</u>

#### 19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010
Numerário	3.700	3.700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>244.062</u>	<u>215.278</u>
	247.762	218.978
Descobertos bancários (Nota 22)	<u>(390.045)</u>	<u>(315.938)</u>
	<u>(142.283)</u>	<u>(96.960)</u>

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa e depósitos imediatamente mobilizáveis para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

## 20. ACTIVOS DISPONIVEIS PARA VENDA

Esta rubrica corresponde a 5.482 acções do Banco Espírito Santo, S.A. registadas ao custo de aquisição por 33.692 Euros e a uma quota no montante de 2.000 Euros da Flat Field – Marketing e Promoções, Lda., também registada ao custo de aquisição.

## 21. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gesprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.538	9,61%
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta, da reavaliação do imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

## 22. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de Junho de 2011</u>		<u>31 de Dezembro de 2010</u>	
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>
Empréstimos bancários (a)	6.851.371	30.843.082	8.597.815	29.552.638
Outros empréstimos (b)	525.372	80.826	371.200	323.308
Descobertos bancários (c)	390.045	-	315.938	-
<i>Factoring (d)</i>	5.344.290	-	5.663.776	-
Letras descontadas (e)	665.075	-	1.965.122	-
Cheques pré-datados (f)	784.406	-	693.611	-
	<u>14.560.559</u>	<u>30.923.908</u>	<u>17.607.462</u>	<u>29.875.946</u>

(Montantes expressos em Euros)

(a) Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	30 de Junho de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	1.098.557	-	1.098.557	-
BCP (ii)	-	2.650.000	-	2.650.000
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	973.725	-	1.000.000	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") (iv)	1.502.234	-	2.311.609	-
BES (v)	38.336	-	186.720	-
Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") (vi)	2.410.000	-	2.410.000	-
Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN")	-	-	46.875	-
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vii)	88.188	62.496	83.333	104.167
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (viii)	184.582	157.200	157.200	235.814
BCP (ix)	-	1.021.236	-	1.021.236
BCP (x)	-	20.240.000	-	20.240.000
BCP (xi)	-	4.000.000	-	4.000.000
BCP (xii)	252.778	-	233.333	116.667
Banco Popular, S.A. ("BP") (xiii)	62.239	128.876	53.333	155.556
Banif (xiv)	54.121	370.863	50.000	395.833
Banif (xv)	86.611	593.363	80.004	633.365
CGD (xvi)	-	1.619.048	-	-
Conta corrente caucionada (xvii)	100.000	-	886.851	-
	<u>6.851.371</u>	<u>30.843.082</u>	<u>8.597.815</u>	<u>29.552.638</u>

- (i) Empréstimo correspondente a duas linhas conta-corrente caucionada com o BES, sem plano de amortização contratado, no valor de 1.098.557 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 598.557 Euros – taxa de referência: Euribor a 3 meses, acrescida de 4,25%;
  - Linha de 500.000 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
- (ii) Financiamento renegociado pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e de seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 118 prestações mensais com início a 15 de Janeiro de 2014 e término em 15 de Outubro 2023. As primeiras 70 prestações no montante de 13.475 Euros e as restantes 48, no montante de 35.558 Euros. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 2.650.000 Euros que se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Rasográfica e a Gestprint subscreveram uma livrança em branco e adicionalmente cederam em penhor as acções detidas no capital da Lisgráfica.
- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Está em fase de assinatura um contrato de reestruturação da dívida por um período de 60 meses com plano de amortização progressivo, vencendo juro à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (iv) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante inicial de 2.375.000 Euros. O empréstimo é liderado pela CGD (831.250 Euros), BCP (1.068.750 Euros) e Banif (475.000) sendo o capital amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.  
Em 15 de Março de 2011, foi renegociada a parcela em dívida à CGD, 809.375 Euros, por um prazo de 120 meses, com um período de carência de 36 meses, vencendo juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 2%. Quanto ao restante montante de 1.502.234 Euros encontra-se em fase de negociação com o MillenniumBcp e com o BANIF.

(Montantes expressos em Euros)

- (v) Financiamento concedido pelo BES, no montante inicial de 420.400 Euros, que se venceu em 15 de Fevereiro de 2010 (270.400 Euros) e 29 de Março de 2010 (150.000 Euros). Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 38.336 Euros. Este financiamento encontra-se em mora e vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 1,625%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O empréstimo é liderado pelo Banif (1.205.00 Euros), Millenniumbcp (602.500 Euros) e Banco Efisa (602.500 Euros), sendo o capital amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada  
No final do semestre foram negociadas as parcelas em dívida ao Banif e Banco Efisa por um prazo de 120 meses e com um prazo de carência de capital de 36 meses. A taxa de juro aplicada é a Euribor a 30 dias acrescida de 2%. Ambos os contratos se encontram em fase de finalização. Quanto à parcela do Millenniumbcp não se encontra ainda renegociada.
- (vii) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 150.684 Euros, do qual 62.496 Euros se vence a médio e longo prazo. Este Ffinanciamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,5%.
- (viii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses; após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais e constantes, com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em Abril de 2010, o montante em dívida era de 471.614 Euros, tendo-se realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 36 prestações mensais, com início em 16 de Julho de 2010 e término em 16 de Junho de 2013. Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 341.872 Euros do qual 157.200 Euros se vence a médio e longo prazo. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (ix) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 51 prestações mensais com início a 14 de Janeiro de 2014 e término em 18 de Março 2018. Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 1.021.236 Euros que se vence a médio e longo prazo. Em resultado da negociação deste financiamento, a Empresa assumiu como garantia, o penhor sobre direito de créditos emergentes do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garante do integral cumprimento deste empréstimo, a Lisgráfica subscreveu uma livrança em branco e constituiu o penhor sobre direitos de crédito emergentes do contrato da impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A..
- (x) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 84 prestações mensais com início a 30 de Janeiro de 2014 e término em 20 de Dezembro 2020. As primeiras 36 prestações ascenderão a 144.536 Euros cada, posteriormente 47 prestações no montante de 313.161 Euros e a última no montante de 318.162 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). A Empresa assumiu ainda diversas garantias nomeadamente, a prestação de aval pelos accionistas Rasográfica e Gestprint, detentoras, actualmente, respectivamente, de 50,1% e 39% das acções representativas do capital social da Empresa, a constituição de penhor financeiro pela Rasográfica sobre 8.500.000 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor financeiro

(Montantes expressos em Euros)

pela Gestprint sobre 72.223.016 ações de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito e consignação de receitas atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário do qual participam, o penhor sobre os direitos de crédito do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A., a constituição de um penhor sobre equipamentos desonerados e a subscrição de uma livrança caução pela Empresa.

- (xi) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 Euros, com carência de capital até à data de vencimento que ocorre a 30 de Dezembro de 2015 e de juros durante os primeiros seis meses. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%. Como garante do integral cumprimento deste empréstimo, foi constituído penhor do crédito detido pela Lisgráfica sobre a Impala, a consignação das receitas líquidas emergentes do crédito consignado e a subscrição de uma livrança caução em branco.
- (xii) Financiamento concedido pelo BCP, no montante inicial de 350.000 Euros, amortizável em 18 prestações mensais, no montante de 19.444 Euros com início a 30 de Janeiro de 2011 e término em 30 de Junho 2012. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 252.778 Euros. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 3%.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Banco Popular, no montante inicial de 240.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais e constantes, com início em 25 de Junho de 2010 e término em 25 de Novembro de 2014. Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 191.115 Euros, do qual 128.876 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xiv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 424.984 Euros, do qual 370.863 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 720.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 6.667 Euros, com início em 23 de Dezembro de 2010 e término em 23 de Novembro de 2019. Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida ascendia a 679.974 Euros, do qual 593.363 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xvi) Financiamento concedido pela Caixa Geral de Depósitos a partir de 15 de Março de 2011, no montante de 1.619.048 Euros, com carência de capital de 36 meses. Após esse período o empréstimo será amortizável em 14 prestações semestrais com início em 15/09/2014. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%.
- (xvii) A conta corrente caucionada respeita a linha de crédito concedida pelo BES, vencendo juros a taxas correntes de mercado para as operações similares e é exigível no curto prazo.

(Montantes expressos em Euros)

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária, que actualmente é de 395.151 Euros (Nota 30). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 15), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação. Este financiamento vence juros à taxa de 2,5% por ano, tendo o mesmo sido renegociado em data posterior. Entre Janeiro e Abril de 2011, a prestação mensal de capital foi de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais passaram a ser de 40.413 Euros. Em 30 de Junho de 2011, o valor em dívida ascendia a 606.198 Euros do qual 80.286 Euros se vence a médio e longo prazo.
- (c) Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os descobertos bancários são facilidades concedidas, essencialmente, pelo BES e BCP, respectivamente, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 784.406 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto de instituições de crédito. Em 30 de Junho de 2010, a Empresa tinha contratadas duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
- BPN, com *plafond* de 250.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2%;
  - BCP, com *plafond* de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 1,375%.

### 23. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Credores por locações financeiras	1.228.510	4.698.186	2.344.525	2.607.094

Em 30 de Junho de 2011, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 12.781.243 Euros, deduzido de 7.864.780 euros já pagos por conta. O saldo em dívida, vence-se conforme segue:

(Montantes expressos em Euros)

2º. Semestre de 2011 e 1º. Semestre de 2012	1.228.510
2º. Semestre de 2012 e 1º. Semestre de 2013	1.139.941
2º. Semestre de 2013 e 1º. Semestre de 2014	614.616
2º. Semestre de 2014 e 1º. Semestre de 2015	373.840
2º. Semestre de 2015 e 1º. Semestre de 2016 2016 e seguintes	387.400
	<u>2.182.389</u>
	<u>4.698.186</u>
Total	<u>5.926.696</u>

A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 29), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 6,816% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint de 1.528.073 Euros, 4.413.950 Euros e 1.922.757 Euros correspondente ao adiantamento do valor de retoma e a cauções, respectivamente (Nota 29).

#### 24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

##### Provisões:

O movimento ocorrido na rubrica de provisões nos exercícios findos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é conforme segue:

	30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Saldo inicial	23.268	128.373
Redução	-	(5.000)
Utilização	<u>(17.609)</u>	<u>(100.105)</u>
Saldo final	<u>5.659</u>	<u>23.268</u>

##### Perdas por Imparidade:

O movimento nas perdas por imparidade no exercício findo em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é conforme segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Existências (Nota 16)	Clientes e contas a receber (Nota 17)	Outros activos Correntes (Nota 18)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	169.621	13.110.527	43.315	13.323.463
Aumentos	-	880.416	-	880.416
Reduções	(117.352)	(131.611)	(34.185)	(283.148)
Utilizações	-	(3.533.559)	(9.130)	(3.542.689)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>52.269</u>	<u>10.325.773</u>	-	<u>10.378.042</u>
Aumentos	-	-	-	-
Reduções	(22.817)	(9.802)	-	(32.619)
Utilizações	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>29.452</u>	<u>10.315.971</u>	-	<u>10.345.423</u>

25. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Esta rubrica respeita a direitos contratuais de impressão que estão a ser amortizados linearmente, durante o período dos respectivos contratos

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tem a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

	30 de Junho de 2011			
	2013	2014 e seguintes	Total	
Contrato de impressão (Nota 13)	<u>170.582</u>	<u>2.061.188</u>	<u>2.231.770</u>	
	31 de Dezembro de 2010			
	2012	2013	2014 e seguintes	Total
Contrato de impressão (Nota 13)	<u>160.548</u>	<u>170.582</u>	<u>2.061.188</u>	<u>2.392.318</u>

26. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente (a)	11.557.160	3.221.001	12.463.877	3.497.547
Fornecedores, títulos a pagar	699.551	-	644.639	-
Fornecedores de imobilizado	87.835	-	115.807	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	52.400	-	84.246	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	175.492	-	175.492	-
Contas a pagar:				
Rappel a liquidar	581.123	-	519.668	-
Remunerações a liquidar	1.554.122	-	1.051.201	-
Juros a liquidar (b)	2.395.483	-	1.906.892	-
Fornecimentos e serviços externos	317.119	-	168.784	-
Outros custos e perdas	165.067	-	152.361	-
	<u>17.585.352</u>	<u>3.221.001</u>	<u>17.282.967</u>	<u>3.497.547</u>

(a) Em Novembro de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato estabelecido entre a ESAF e a Empresa onde acordam alterar o montante da renda devida para 141.229 Euros. A renda passou a ser paga postecipadamente no mês a que disser respeito. A quantia devedora nessa data, no montante de 3.927.256 Euros será paga da seguinte forma: 1.663.807 Euros em 36 prestações mensais e sucessivas de 46.217 Euros vencendo-se a primeira em 1 de Abril de 2011 e 2.263.448 Euros por conta da mais-valia futura no projecto imobiliário gerido pela Gespatriónio / ESAF. Em 30 de Junho de 2011, o montante em dívida nominal ascendia a 3.787.605 Euros, do qual 3.221.001 Euros se vence no médio e longo prazo.

(b) Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica inclui o montante de 1.295.818 Euros a pagar a entidades relacionadas (Nota 29).

## 27. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010
Adiantamento de clientes	-	6.881
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	745.000	349.450
Outros	12.118	256.950
Proveitos diferidos	187.500	95.867
	<u>944.618</u>	<u>709.148</u>

## 28. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Activos correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Activos correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
IRC (a)	253.218	(214.836)	-	287.071	(173.457)	-
IVA	2.396	(140.599)	-	8.086	(148.105)	-
Contribuições para a Segurança Social	-	(372.835)	-	-	(302.035)	-
IRS	-	(183.709)	-	-	(141.531)	-
Dívidas integradas em planos de pagamentos	-	(614.593)	(2.268.912)	-	(452.325)	(2.472.098)
Outros	-	(2.997)	-	387	(1.317)	-
	<u>255.614</u>	<u>(1.529.569)</u>	<u>(2.268.912)</u>	<u>295.544</u>	<u>(1.218.770)</u>	<u>(2.472.098)</u>

Em 30 de Junho 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os saldos devedores de IRC englobam pagamentos especiais por conta, nos montantes de 244.224 Euros e 287.071 Euros, respectivamente.

- (a) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI e à Segurança Social, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais, actualmente de 33.864 Euros e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprovou o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no montante de 3.397.244 Euros, actualmente de 2.540.548 Euros (Nota 30). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 30 de Junho de 2011, as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, venciam-se, conforme segue:

2º. semestre de 2011 e 1º. semestre de 2012	<u>406.373</u>
2º. semestre de 2012 e 1º. semestre de 2013	406.372
2º. semestre de 2013 e 1º. semestre de 2014	406.372
2º. semestre de 2014 e 1º. semestre de 2015	406.372
2º. semestre de 2015 e 1º. semestre de 2016	406.372
2º. semestre de 2016 e seguintes	<u>643.424</u>
	<u>2.268.912</u>
	<u>2.675.285</u>

## 29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 30 de Junho de 2011 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquelas datas, são os seguintes:

(Montantes expressos em Euros)

	Saldos				Transacções		
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Outros activos correntes (Nota 18)	Credores por locação financeira (Nota 23)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 9)	Custos e perdas financeiros (Nota 11)	Proveitos e ganhos financeiros (Nota 11)
Rasográfica	9.363.695	-	-	-	335.664	-	142.404
Gestprint	2.809.154	468.020	(63.293)	(1.295.818)	-	(230.398)	195.333
	<u>12.172.849</u>	<u>468.020</u>	<u>(63.293)</u>	<u>(1.295.818)</u>	<u>335.664</u>	<u>(230.398)</u>	<u>337.737</u>

(a) Em 30 de Junho de 2011, o Grupo tem contas a receber da Rasográfica, no montante de 9.363.695 Euros, conforme segue:

- 1.405.000 Euros, corresponde a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio e longo prazo;
- 7.781.625 Euros que vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica e será reembolsado de Julho de 2012 até Junho de 2016, acordo renegociado em 30 de Maio de 2011, através do reembolso em prestações trimestrais, conforme acordado com o accionista. Aquele montante inclui 85.260 Euros referente a juros do exercício de 2008, debitados em 2009 e 277.500 Euros referente aos juros de 2009;
- 177.070 Euros relativos a encargos com desconto de letras.

O montante de 335.664 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos de rendas suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso (Nota 9).

(b) Em 30 de Junho de 2011, a Lisgráfica tem um saldo a receber da Gestprint, de 2.809.154 Euros (este montante inclui 380.697 Euros de juros facturados em 2009 e registados nos exercícios de 2009 e 2008) e 468.020 Euros referentes a juros a receber do exercício de 2010 (272.687 Euros) e 2011 (195.333 Euros), encontrando-se em curso a definição de um plano de reembolso, pelo que foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, a Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão, tendo já efectuado adiantamentos ao abrigo daquele contrato no montante de 5.942.023 Euros (Nota 23) e um pagamento em 2010 no montante de 1.922.757 (Nota 23).  
As contas a receber vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

### 30. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias prestadas a favor de terceiros no montante de 4.170.505 Euros e 6.905.246 Euros, respectivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2011	31 de Dezembro de 2010
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	2.540.548	3.397.244
Direcção Geral de Impostos	-	1.648.394
Direcção Geral de Impostos (b)	1.207.971	1.207.971
EDP Serviço Universal	-	180.767
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação ("IAPMEI") (c)	341.267	395.151
Fundação Inatel (d)	44.738	44.738
Câmara Municipal do Porto (d)	9.606	9.606
Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. (d)	8.500	8.500
Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. (d)	5.000	-
Câmara Municipal de Almada (d)	7.320	7.320
Câmara Municipal de Oeiras (d)	2.821	2.821
Câmara Municipal de Mafra (d)	2.734	2.734
	<u>4.170.505</u>	<u>6.905.246</u>

- (d) Garantia prestada no âmbito do processo extrajudicial de conciliação (Nota 28)
- (e) Garantia prestada no âmbito da liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004, entretanto, já cancelada com base em sentença transitada em julgado que deu razão à Lisgráfica.
- (f) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 22).
- (g) Garantias prestada a clientes no âmbito de acordos comerciais.

### 31. RESULTADOS POR ACÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 30 de Junho de 2011 e 30 de Junho de 2010 foi de 0,0158 e 0,0186, respectivamente.

	30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo		
do resultado líquido por acção básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(2.952.143)</u>	<u>(3.479.324)</u>
Número de acções da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de acções próprias	(52.213)	(52.213)
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo		
do resultado líquido por acção básico e diluído (a)	<u>186.644.407</u>	<u>186.644.407</u>
<u>Resultado por acção:</u>		
Básico	(0,0158)	(0,0186)
Diluído	(0,0158)	(0,0186)

- (a) Este montante corresponde ao número total de acções da Lisgráfica, deduzido de 52.213 acções próprias.

(Montantes expressos em Euros)

**32. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**Locações operacionais

Em 30 de Junho de 2011 e 2010, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (“ESAF”), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de Novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e consequentemente as responsabilidades assumidas (Nota 26). No trimestre findo em 30 de Junho de 2011, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	30 de Junho de 2011	30 de Junho de 2010
Fornecimentos e serviços externos	<u>851.745</u>	<u>1.502.294</u>

Em 30 de Junho de 2011, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2º.semestre de 2011 e 1º. semestre de 2012	<u>2.370.890</u>
2º.semestre de 2012 e 1º. semestre de 2013	2.366.072
2º.semestre de 2013 e 1º. semestre de 2014	2.030.408
2º.semestre de 2014 e 1º. semestre de 2015	1.694.742
2º.semestre de 2015 e 1º. semestre de 2016	1.694.742
2016 e seguintes	<u>5.084.232</u>
	<u>15.241.086</u>

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2011, a Empresa suportou custos por rendas no montante de 335.664 Euros referentes ao contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, cujo término ocorre em finais de 2012 (Nota 29).

**33. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Em 30 de Junho de 2011, a Empresa tinha as seguintes dívida fiscais e parafiscais em mora pontual:

	<u>Data de vencimento</u>	<u>Montante</u>	<u>Liquidado</u>	<u>Por Liquidar</u>
Segurança Social (a)	15 de Janeiro de 2011	302.034	75.509	226.525
Direcção Geral dos Impostos (b)	20 de Maio de 2011	73.627	-	73.627
Direcção Geral dos Impostos	20 de Março de 2011	36.195	-	36.195

(Montantes expressos em Euros)

- (a) O montante de 226.525 euros respeita às contribuições para a Segurança Social referentes ao mês de Dezembro de 2010, em mora a partir de 15 de Janeiro de 2011 e na parte não regularizada à data da aprovação das contas. Aguarda-se a notificação dos serviços da Segurança Social, de forma a requerer-se o pagamento em prestações.
- (b) Já após o encerramento das contas, foi deferido o pagamento em 12 prestações mensais.
- (c) Em Abril de 2011, a Empresa intentou uma acção declarativa de condenação, sob a forma de processo ordinário contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento de uma dívida no montante de, aproximadamente, 5.403.000 Euros, correspondente ao montante líquido de perdas de imparidade de, aproximadamente, 3.604.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2010, esta conta a receber foi registada como não corrente pelo seu valor actual, correspondente ao entendimento da melhor estimativa efectuada pelo Conselho de Administração.
- (d) Os empréstimos bancários junto da CGD, Barclays e Banif encontram-se em fase adiantada de negociação com condições idênticas às contratadas com a operação de recalendarização assinada com o BCP no final de 2010 (Nota 22). Para estas três entidades, existe inclusive, uma minuta de contrato, em relação à qual já foi transmitida a concordância da Lisgráfica.

Queluz de Baixo, 22 de Agosto de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## DECLARAÇÃO

Declaração nos termos e para os efeitos do artº 246,1 al. C) do Código de Valores Mobiliários.

Os signatarios declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Individuais para os seis meses findos em 30 de Junho de 2011 da Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. foram preparadas de acordo com os Princípios de Contabilidade do Plano Oficial de Contabilidade e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34), bem como os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento e dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual da Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e das empresas incluídas no perimetro da consolidação na referida data de 30 de Junho de 2011 e que o Relatório de Gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refer e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os próximos seis meses do exercício de 2011.

Queluz de Baixo, 30 de Agosto de 2011

A Administração  




